

CENTRO UNIVERSITÁRIO SAGRADO CORAÇÃO – UNISAGRADO

SABRINA BATISTA HAMA

INTENSIFICAÇÃO DO NACIONALISMO ESCOCÊS NO SÉCULO XXI:
PERSPECTIVAS PARA O MOVIMENTO SEPARATISTA E SUAS IMPLICAÇÕES

BAURU
2021

SABRINA BATISTA HAMA

INTENSIFICAÇÃO DO NACIONALISMO ESCOCÊS NO SÉCULO XXI:
POSSIBILIDADES NO MOVIMENTO SEPARATISTA E SUAS IMPLICAÇÕES

Monografia de Iniciação Científica do curso de Relações Internacionais apresentado a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação do Centro Universitário Sagrado Coração.

Orientadora: Profa. Dra. Karina Stange Calandrin.

BAURU

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com
ISBD

H198i

Hama, Sabrina Batista

Intensificação do nacionalismo escocês no século XXI:
perspectivas para o movimento separatista e suas implicações /
Sabrina Batista Hama. -- 2021.
35f. : il.

Orientadora: Prof.^a Dra. Karina Stange Calandrin

Monografia (Iniciação Científica em Relações Internacionais) -
Centro Universitário Sagrado Coração - UNISAGRADO - Bauru - SP

1. Movimento separatista. 2. Nacionalismo escocês. 3. Reino Unido. 4. União Europeia. I. Calandrin, Karina Stange. II. Título.

RESUMO

Esta pesquisa visa como objetivo compreender o movimento separatista escocês e sua intensificação no século XXI, a partir de uma análise política, econômica e social dos atores e fatores que compõem a temática estabelecida, buscando elucidar sua atuação a partir da unificação do Reino Unido e observar seu fortalecimento considerando marcos históricos nacionalistas, como a criação do Parlamento Escocês, a ascensão e representação do Partido Nacional Escocês e o referendo de 2014 acerca da independência da Escócia. Com isso, as conceitualizações de nação e nacionalismo são abrangidas como fatores imersos na esfera social juntamente com a caracterização da identidade nacional e, particularmente a identidade e o nacionalismo escoceses, as quais permitem seu atrelamento ao meio histórico-político na região britânica. A instabilidade no cenário político regional devido ao processo de saída do Reino Unido da União Europeia, conhecido como Brexit, também é averiguada como fator de ampliação ao ímpeto nacionalista e à demanda de um novo referendo, os quais são evidenciados através das campanhas promovidas pelo Partido Nacional Escocês e a pelas pesquisas de opinião pública realizadas acerca dos índices de aprovações governamentais britânicos. Desse modo, a relevância das relações políticas, econômicas e sociais entre Escócia, Reino Unido e União Europeia são colocadas em pauta de forma dedutiva, histórica e comparativa para que as implicações do nacionalismo escocês em seu território nacional sejam devidamente estudadas.

Palavras-chave: Movimento separatista; nacionalismo escocês; Reino Unido; União Europeia.

ABSTRACT

This research aims to understand the Scottish separatist movement and its intensification in the 21st century, from a political, economic and social analysis of the actors and factors that make up the established theme, seeking to elucidate their performance from the unification of the United Kingdom and observe its strengthening considering nationalist historical landmarks, such as the creation of the Scottish Parliament, the rise and representation of the Scottish National Party and the 2014 referendum on the independence of Scotland. Thus, the conceptualizations of nation and nationalism are included as factors immersed in the social sphere along with the characterization of national identity and, particularly, Scottish identity and nationalism, which allow its connection to the historical-political environment in the British region. The instability in the regional political scenario due to the process of exit of the United Kingdom from the European Union, known as Brexit, is also verified as a factor of expansion of the nationalist impetus and the demand for a new referendum, which are evidenced through the campaigns promoted by the Scottish National Party and public opinion polls on British government approval rates. In this way, the relevance of political, economic and social relations between Scotland, the United Kingdom and the European Union are put on the agenda in a deductive, historical and comparative way so that the implications of Scottish nationalism in its national territory are duly studied. Keywords: European Union; scottish nationalism; separatist movement; United Kingdom.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa do Reino Unido representando resultado do Referendo da União Europeia de acordo com os condados	17
Gráfico 1 - Identidade Nacional dentre a população escocesa	23

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO E REVISÃO DE LITERATURA	7
1.1	OBJETIVOS	8
1.1.1	Objetivo Geral	8
1.1.2	Objetivos Específicos	8
1.2	JUSTIFICATIVA	9
2	MATERIAIS E MÉTODOS	10
3	RESULTADOS	11
3.1	NACIONALISMO E NAÇÃO	11
3.2	CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA	14
3.3	BREXIT E O NACIONALISMO ESCOCÊS.....	16
3.4	IDENTIDADE ESCOCESA E NACIONALISMO.....	18
4	DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	25
4.1	O ESFACELAMENTO UNIONISTA PÓS-BREXIT.....	27
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
	REFERÊNCIAS	31

1 INTRODUÇÃO E REVISÃO DE LITERATURA

Durante muitos séculos, os reinos das antigas Escócia e Inglaterra, vizinhos na ilha da Grã-Bretanha, estabeleceram relações que se alternavam, ora conflituosas, dadas as divergências religiosas, sociais e o sentimento de superioridade inglesa, ora pacíficas, acalentadas por uniões matrimoniais entre ambos. Com isso, em 1707, o ato conhecido como Tratado de União estabeleceu a interligação entre a Escócia e a Inglaterra, juntamente com Gales e Irlanda do Norte posteriormente, determinando uma união dinástica e política, cujos preceitos estabeleceram a junção econômica e política acerca da manutenção estatal do então fundado Reino Unido (PARLAMENTO DO REINO UNIDO, c2020).

Apesar de agradar aos representantes políticos, a população escocesa viu-se contrariada frente à determinação que, de certa forma, determinava o domínio inglês não apenas sobre seu território, mas também seus costumes, tradições e religiões, que, aos poucos, foram marginalizadas, juntamente com seu espaço político, a partir da substituição do Parlamento Escocês pelo Parlamento de Westminster, responsável por todas as decisões políticas do Reino Unido.

Desse modo, o sentimento nacionalista escocês foi progredindo ao longo da história e manifestações públicas, inicialmente através de levantes jacobitas (NATIONAL TOURISM ORGANISATION, c2020) e atualmente pela expressão partidária, com partidos como o Partido Nacional Escocês (SNP), estenderam-se de acordo com o contexto da necessidade escocesa de representação política, conquistando espaços para a voz do povo escocês e assim movido a atuação da Escócia no cenário internacional.

Com isso, a atual decisão de saída do Reino Unido do bloco da União Europeia (BREXIT..., 2016) tumultuou novamente as relações entre Escócia e Inglaterra, devido à divergência de interesses entre ambos e o descontentamento com os resultados para a Escócia, novamente negligenciada em sua esfera política e econômica.

Assim, após considerar o histórico das relações escocesas com o Reino Unido, a instabilidade política e econômica causada pelo Brexit¹ e a insurgência do ímpeto por autonomia dada a relevância identitária escocesa, torna-se clara a relevância do

¹ Processo de saída do Reino Unido da União Europeia, diante do resultado do Referendo de 2016 favorável à sua retirada.

movimento nacionalista pró-independência escocesa no século XXI no espectro político britânico e sua ascensão popular (MAXWELL, 2020). Diferente da motivação jacobita no século XVIII, que buscava independência devido a questões religiosas e acabou sendo derrotada, o movimento nacionalista separatista ganhou notoriedade no século XX devido ao seu caráter identitário nacional, com interesses visando a prosperidade escocesa através de maior autonomia. Liderada pelo Partido Nacional Escocês, que se coloca à frente da busca pela independência da Escócia através da implementação de campanhas políticas e viabilização de referendos legais (PAUN; SARGEANT, 2021), a causa atualmente ganha força pelas suas convicções contrárias ao Brexit e seu endurecimento nas relações União Europeia – Reino Unido e com ela revigora o ímpeto escocês em sua emancipação decisória em assuntos internos e externos e na ascensão de uma nação soberana.

A partir então do desenlace dos eventos descritos, ocorridos no século XXI, contemplam-se, então, as possibilidades acerca das relações futuras da Escócia com o Reino Unido e com a União Europeia e suas implicações para as partes envolvidas.

1.1 OBJETIVOS

Considerando a relevância da temática introduzida, referente ao movimento separatista escocês e sua atuação no século XXI diante do nacionalismo presente em território escocês, fundamentado pelas esferas políticas, históricas e sociais, faz-se necessário caracterizar os objetivos da presente pesquisa.

1.1.1 Objetivo Geral

O trabalho aqui redigido possui como objetivo geral analisar a atuação do movimento separatista escocês no século XXI, considerando o contexto histórico do nacionalismo escocês e as relações políticas, econômicas e sociais da Escócia, a partir de registros históricos, dados econômicos e embasamentos teóricos relevantes para o posicionamento do Reino Unido e da União Europeia como objeto de análise.

1.1.2 Objetivos Específicos

- a) Esclarecer a relação entre Escócia e Reino Unido desde a unificação entre os reinos até os dias atuais, como forma de contextualização acerca da temática do nacionalismo escocês e seus movimentos separatistas;
- b) Analisar a atuação do movimento separatista escocês no século XXI e de sua liderança pelo Partido Nacional Escocês;
- c) Analisar a identidade escocesa a partir de seus fatores históricos, sociais, culturais e políticos;
- d) Evidenciar os eventos da saída do Reino Unido da União Europeia pelo processo conhecido como Brexit, e analisar suas implicações para a Escócia;
- e) Estabelecer uma comparação acerca dos governos britânico e escocês, considerando seus respectivos parlamentos e índices de aprovação.

1.2 JUSTIFICATIVA

Considerando a presente instabilidade política britânica no século XXI, intensificada pelas maiores reivindicações por autonomia decisória da Escócia perante o Reino Unido e pelas consequências do processo de saída do Reino Unido da União Europeia para a Escócia (IRISH..., 2020), é fundamental evidenciar as causas histórico-sociais por detrás do movimento nacionalista escocês e as relações políticas, econômicas e sociais entre os atores envolvidos. Desse modo, a relevância dos conflitos passados entre Inglaterra e Escócia e da constituição da estrutura política unificada entre ambos deve ser exposta e analisada para que seja evidenciado seu papel na construção da identidade escocesa, sendo a mesma um fator crucial no desenvolvimento do nacionalismo escocês.

Assim, torna-se pertinente a avaliação da intensificação do movimento nacionalista escocês no século XXI, de modo a expor suas causas e os passos do principal partido escocês responsável pela causa nacionalista, o Partido Nacional Escocês (SNP), averiguar os fatores determinantes do movimento, como a saída do Reino Unido da União Europeia e o fortalecimento identitário escocês.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Por meio da metodologia qualitativa, a pesquisa acerca do movimento separatista escocês será executada a partir do método dedutivo, descrito por Gil (2010) como o alcance de conclusões lógicas por meio da constatação de fatos e de princípios reconhecidos como verdadeiros e indiscutíveis. Através dele, o trabalho redigido será guiado mediante a fontes primárias e secundárias, cujas fundamentações baseiam-se em documentos, livros e artigos históricos, políticos e econômicos. Dessa forma, os fatos averiguados serão englobados acerca da Escócia e suas relações com o Reino Unido e com a União Europeia, abordando a trajetória do início do nacionalismo escocês, suas conquistas através do Parlamento de Holyrood e suas possibilidades com os referendos e o processo de saída do Reino Unido da União Europeia, contribuindo com a análise da atuação do movimento separatista escocês durante o século XXI e de suas consequências para os membros envolvidos.

Ademais, a partir de uma investigação dos acontecimentos históricos no Reino Unido, o movimento separatista escocês deverá ser examinado conjuntamente com o estabelecimento de semelhanças e diferenças com o movimento separatista irlandês e ter avaliadas as implicações da independência da Escócia para a mesma e para os outros membros envolvidos, de modo que os métodos histórico e comparativo também auxiliarão o desenvolvimento da pesquisa a ser realizada.

Assim, a partir da utilização da metodologia supracitada, o projeto desenvolvido contribuirá com a avaliação do movimento separatista escocês juntamente com as relações da Escócia no sistema internacional, a fim de que seus impactos para as populações, as políticas e as economias da Escócia, do Reino Unido e dos países membros da União Europeia sejam esclarecidas. Além disso, as pesquisas dedutiva e histórica promovem maior conhecimento acerca do nacionalismo escocês e de sua atuação na conjuntura europeia, por meio de um crescente movimento que visa o fortalecimento das relações escocesas com a União Europeia e uma autonomia da Escócia perante o Reino Unido.

3 RESULTADOS

A partir do material bibliográfico e documental obtido, fez-se possível extrair as seguintes resoluções acerca da temática nacionalista escocesa e seu ativismo separatista, considerando suas esferas política, social e histórica.

3.1 NACIONALISMO E NAÇÃO

Considerando a ampla conceitualização de terminologias e simbologias acerca dos termos nacionalismo e nação, faz-se necessário determinar algumas definições relevantes para o estudo do nacionalismo escocês as quais centralizam a caracterização mais recorrente nas perspectivas teóricas. Dessa forma, inicialmente é possível definir nacionalismo a partir da Encyclopædia Britannica como uma “ideologia baseada na premissa em que a lealdade e devoção do indivíduo ao Estado-nação ultrapassa outros interesses individuais ou de grupos” (KOHN, 2020), de modo que sua concepção se constrói a partir da expressão individual, ou seja, do self, e de sua identidade. Com isso, pode-se relacionar tal conceito com a noção de Cohen (1997) que considera que o nacionalismo revela a expressão individual de identidade afim de caracterizar o simbolismo por trás do pertencimento de uma nação. Complementarmente, para Gellner (1981, p. 757), o nacionalismo é denotado como a “transferência do foco da identidade do homem para uma cultura mediada pela literatura e por um sistema educacional extenso e formal”, ou seja, caracteriza-se pela influência escolar e literária adquirida pelos indivíduos em determinada sociedade. Além disso, Gellner (1983, p.1) também se refere ao nacionalismo como “fundamentalmente um princípio que sustenta que a unidade política e nacional deve ser congruente”, de modo que relaciona o nacionalismo com o conceito de nação a partir da assertiva que a nação se constitui e se sustenta a partir do nacionalismo, sentimento comum de pertencimento, em uma determinada comunidade e não o oposto. Assim, o nacionalismo presente em uma sociedade caracteriza-se como essencial na constituição do Estado-nação e, para tal, promove a construção de uma identidade nacional a qual permite a estruturação da sociedade civil.

Desse modo, a construção da nação revela-se a partir da configuração do Estado e de sua população como pertencentes de uma comunidade dentro de um sistema internacional e, para tal, reconhecem-se mutuamente como iguais, enquanto

outros grupos são diferenciados e caracterizados como distintos entre si. Com isso, a formação de comunidades evolui para a constituição de hegemonias que leva à construção de impérios e que com isso possibilita a formação do Estado-nação. Para Weber (1968), a estrutura interna de um Estado-nação se configura como um Estado democrático-liberal, ao qual assegura liberdade individual e permite interação entre os diferentes interesses, institucionalizadas pela autoridade máxima designada, o governo, ao qual atua a partir de um conjunto de regras e jurisdições definidas. Dessa forma, a partir da concepção europeia, Watson (1992) caracteriza a nação como uma união entre as ideias do nacionalismo e da democracia, relacionando a composição de caráter nacional com a legitimação de um Estado independente, por sua vez, estruturando a constituição futura de um Estado moderno, usualmente associado ao marco da Paz de Westfália, em 1648, com a delimitação dos tratados de Münster e Osnabruck. Assim, a configuração do Estado moderno estruturou-se a partir da constituição de um tripé baseado nas definições de território, de população e do monopólio legítimo do uso da força, aos quais estabelecem como princípios a territorialidade, a soberania e a igualdade jurídica entre os Estados e, por consequência, a não intervenção (JUBILUT, 2006). Isto posto, a população determina-se como um dos três fatores primordiais para a formação do Estado-nação e, para tal, ela deve se reconhecer como pertencente da nacionalidade em questão, juntamente com todos os valores culturais, históricos e identitários implicados pelo seu nacionalismo, podendo assim conjecturar o Estado moderno.

Ademais, o nacionalismo pode ser distinguido entre dois paradigmas, o nacionalismo étnico e o nacionalismo cívico, sendo o primeiro caracterizado por traços culturais relacionados à nação de origem, enquanto o segundo baseia-se a partir da fidelidade à um sistema social particular e constituição. Tais preceitos são considerados normalmente mais como complementares do que individuais (SMITH, 1991; YACK, 1999) e para tal, são conjecturados como fatores inclusivos ou exclusivos em uma sociedade a partir da natureza da dimensão nacionalista na comunidade.

Ao estabelecer tais parâmetros conceituais acerca de nacionalismo e nação, pode-se relacionar então como o nacionalismo escocês se atrela à essas ideias e como o movimento atua a partir das relações político-sociais entre os cidadãos. Desse modo, como evidenciado a partir da fala de Cohen (1997), o nacionalismo caracteriza-se como uma expressão de identidade própria, interligando com o pensamento de

pertencimento a uma nacionalidade a qual representa o interesse comum em se identificar a partir de uma explicação de si mesmo e que proporciona valores adicionais, como no caso da Escócia, o ser escocês e todas suas implicações culturais. Assim, o nacionalismo se formula a partir de uma visão identitária própria para cada indivíduo, considerando suas próprias experiências de vida, cujas diversidades culturais interligam-se, promovendo a constituição de uma visão homogeneizada do “ser” escocês.

Complementarmente, como destacado pela definição de Gellner (1981), a literatura e o sistema educacional também representam fatores essenciais para a caracterização do nacionalismo, sendo o local inicial onde valores e noções de cidadania são formados (PATERSON, 2001), indicando a relevância da educação como uma contribuinte substancial para a construção de valores e ideias político-sociais nos indivíduos, os quais moldam a composição estrutural da sociedade. Assim, pode-se revelar que partir do sistema educacional escocês grandes contribuições nacionalistas foram realizadas, considerando que ele foi uma das três instituições nacionais escocesas a serem conservadas após o Ato de União de 1707 (MORTON, 1999; PATERSON, 1994), e que sua formação constitui uma parte significativa da sociedade civil, preservando o senso de identidade nacional escocesa.

Finalmente, apesar de todos os valores socioculturais presentes no nacionalismo escocês, McCrone (2001) caracteriza a Escócia como mais inclinada para o nacionalismo cívico do que étnico, ou seja, pendendo para uma construção nacional baseada em padrões constitucionais e valores civis liberais, como liberdade, igualdade, tolerância e direitos individuais (AUER, 2004; TAMIR, 1993). Dessa forma, como revelado em um estudo empírico acerca do requisito necessário para cidadania escocesa, escoceses sugeriram consideravelmente residência no país como um fator condicional, apresentando maior receptividade sobre valores estrangeiros; em contraste com muitos países europeus veem o nascimento e ancestralidade como um requisito para a nacionalidade (PATERSON *et al.*, 2001). Com isso, a questão nacional escocesa adentra padrões constitucionais e amplia-se a partir da inclusão de fatores externos, como será visto posteriormente na relação entre Escócia e União Europeia, permitindo sua maior distribuição dentre os cidadãos escoceses e a validação do movimento nacionalista escocês atual.

Assim, o nacionalismo escocês revela-se sustentado sob diversas vertentes, engajando-se inicialmente pelo nacionalismo étnico e consolidando-se através do

nacionalismo cívico, a partir de uma noção aberta de pertencimento ligada à múltiplos fatores, abrangendo os sentidos constitucionais, educacionais, territoriais, culturais e sociais. Desse modo, uma caracterização mais profunda acerca da contextualização histórica, das relações exteriores e da identidade nacional escocesas apontam a estruturação pela qual o movimento nacionalista escocês é baseado e sua tendência política social na atualidade.

3.2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

A Escócia, por muitos séculos, foi um reino independente, conhecido como Reino de Alba. Nele, importantes monarcas, como Roberto de Bruce e Maria Stuart, reinaram bravamente buscando manter autonomia e evitar dominações de reinos adversários em seu território. No século XIV, entretanto, a Escócia e a Inglaterra passaram a compartilhar o mesmo monarca, Jaime VI da Escócia e II da Inglaterra, após a rainha da Inglaterra, Elizabeth I, morrer sem descendentes. Este evento culminou na denominada União das Coroas (PARLAMENTO DO REINO UNIDO, 2020), em 1603, que, a partir disso, formou uma união dinástica entre os reinos da Inglaterra, que abrangia o Principado de Gales, e da Escócia.

Devido a situações conflituosas entre as religiões protestante e católica, os oponentes protestantes do rei Jaime II, católico, propuseram ao príncipe Guilherme de Orange, genro do rei, a intervir e retirar Jaime II do poder. Assim, o príncipe foi coroado Rei Guilherme III em 1689 e, no mesmo ano, o parlamento aprovou um documento que impedia o monarca de governar sem a aprovação do parlamento, conhecido então como a Declaração dos Direitos (Bill of Rights) (PARLAMENTO DO REINO UNIDO, 2020). Em 1707, após anos de negociações acerca da unificação entre os dois reinos, foi concebido o Tratado de União, e a Escócia e a Inglaterra foram “unidas em um único reino pelo nome de Reino Unido”, fundindo-as em um único Estado unificado (PARLAMENTO DO REINO UNIDO, 2020). Posteriormente, em 1801, o Reino da Irlanda foi anexado ao Reino Unido (ACT OF UNION, c2021). Com isso, os antigos reinos passaram a dividir a mesma economia, tarifas alfandegárias e política, de modo que o último fator ocasionou a união dos parlamentos de ambos em um único, o de Westminster, na Inglaterra, e causou a extinção do Parlamento Escocês.

Entretanto, apesar dos governantes e parlamentares entrarem em um acordo, a população escocesa, desde a destituição do rei Jaime II, passou a demonstrar descontentamento acerca das questões religiosas e sucessórias da coroa, bem como o domínio inglês sobre as decisões tomadas no parlamento, motivando diversos grupos a realizarem levantes jacobitas requisitando o retorno do rei católico e da Casa Stuart no poder, fato que desencadeou a Batalha de Culloden, em 1746, levando à derrota dos jacobitas e à extinção dos clãs, antiga estrutura social e base da cultura e tradição escocesa (NATIONAL TOURISM ORGANISATION, 2020).

Após o fracasso dos insurgentes, os movimentos separatistas britânicos perderam suas forças por muitos séculos e pequenos grupos dissidentes em todo o Reino Unido foram contidos, até a primeira metade do século XXI, quando os ímpetos separatistas reinsurgiram na região e a Irlanda passou por um forte movimento separatista que culminou na guerra de independência irlandesa e em uma divisão formando a Irlanda do Norte, pertencendo ao Reino Unido, e a República Irlandesa (A BRIEF..., 2020). Este ocorrido incentivou diversos outros movimentos separatistas a ganharem força, dentre eles, o movimento nacionalista escocês, que, na segunda metade do século XX, com o Partido Nacional Escocês (SNP), grupo político pró-independência, ganhou visibilidade no parlamento após as eleições parciais de 1967, com a conquista do assento de Hamilton por Winnie Ewing, antes pertencente ao Partido dos Trabalhadores (Labour) (EWING..., 1999) e fortalecido pela descoberta de petróleo no Mar do Norte na pauta econômica, que através do slogan “It’s Scotland’s oil” (É o petróleo da Escócia) demandava o controle escocês sobre as fontes petrolíferas e utilizava o evento como campanha política para a independência escocesa (AHMAD, 2014).

Em 1999, após muito apelo nacional, foi reestabelecido o Parlamento Escocês e essa vitória permitiu aos escoceses maior autonomia perante os ingleses, contribuindo com o desenvolvimento da identidade nacional escocesa.

A partir da criação de uma nova esfera política na Escócia, o século XXI tem proporcionado uma enorme intensificação no movimento nacionalista escocês. Após as três primeiras eleições para Primeiro-ministro Escocês terem sido alternadas entre o Labour e o Partido Liberal Democrata, em 2007 o Partido Nacional Escocês venceu as eleições com 32,9% dos votos e estabeleceu Alex Salmond como Primeiro-ministro Escocês (SALMOND..., 2007). Durante o governo do SNP, diversos movimentos a favor da independência escocesa foram promovidos e, em 2014, um referendo acerca

de uma Escócia independente foi realizado. Com quase 45% dos votos, o movimento separatista não obteve a maioria no referendo, entretanto, na temporada do evento, as filiações ao SNP dobraram de 25.000 para mais de 50.000. No mesmo ano, o partido indicou Nicola Sturgeon como Primeira-ministra Escocesa e sua campanha promoveu recordes significativos no Parlamento Escocês e no Parlamento de Westminster. Com as eleições gerais de 2015, o SNP garantiu 56 assentos de 59 no em Holyrood (ELECTION..., 2015), se tornando o maior partido na Escócia e assegurando a força do movimento separatista.

Em 2016, um referendo quanto à permanência do Reino Unido na União Europeia foi realizado e, após 52% dos votos expressarem o intento à saída do bloco, iniciou-se então o processo de retirada conhecido como Brexit (BREXIT..., 2016). Contudo, tanto a Escócia quanto a Irlanda do Norte, assim como a própria capital inglesa, Londres, tiveram a maioria dos votos requisitando a permanência do Reino Unido na UE, fato que culminou na maior divergência de interesses no Reino Unido nas últimas décadas. Ademais, após diversas tentativas de estabelecer um acordo para a saída britânica, a demora em uma conciliação começou a gerar uma maior inquietação entre a população e, com isso, os nacionalistas escoceses enxergaram nesta instabilidade um estímulo para sua causa.

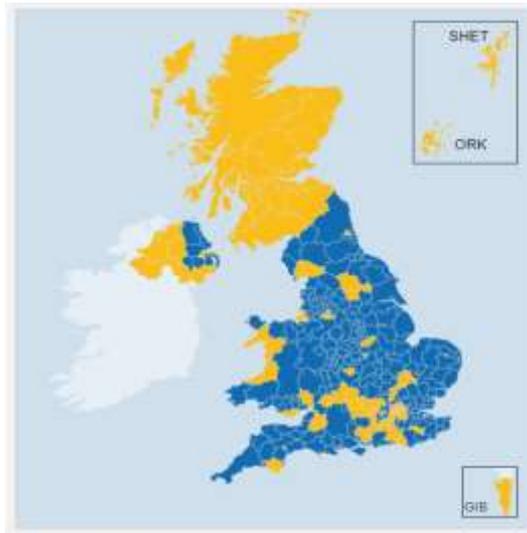
3.3 BREXIT E O NACIONALISMO ESCOCÊS

O referendo de 2016 que determinou a saída do Reino Unido da União Europeia sentenciou não apenas a retirada de um membro do bloco, mas de todos os países da união abrangendo a Inglaterra, a Escócia, a Irlanda do Norte e o país de Gales, negligenciando a escolha escocesa e irlandesa de permanência no bloco.

Desde o início do movimento do Brexit, a Escócia manifestou-se contra a decisão de saída da União Europeia, apresentando no referendo um total de 62% dos votos a favor da permanência no bloco e a maioria desta decisão em todas suas 32 subdivisões. Por outro lado, na Inglaterra, a maioria dos votos foram contra a permanência no bloco, e, com maior peso populacional no Reino Unido, determinou a saída do mesmo da União Europeia (EU REFERENDUM..., 2016). Os dados do referendo podem assim ser vistos no mapa abaixo, com os votos a favor da permanência do bloco, majoritariamente escoceses, em amarelo, e os votos a favor

da saída do bloco em azul, sendo possível visualizar uma clara distinção entre os interesses escoceses e ingleses.

Figura 1 - Mapa do Reino Unido representando resultado do Referendo da União Europeia de acordo com os condados



Fonte: (EU REFERENDUM..., 2016).

Após turbulentas negociações de acordo entre os países envolvidos e suas respectivas consequências, oficializou-se a saída ao final de janeiro de 2020, iniciando-se então o período de transição ao longo do mesmo ano (EUROPEAN COMMISSION, 2020). Assim, considerando as imensas perdas que a Escócia viria a ter ao renunciar à União Europeia como aliada, ela tem expressado sua vontade em estabelecer um acordo de saída leve, ou seja, com poucas barragens nas relações entre a UE e o Reino Unido para pouco afetar suas relações econômicas, comerciais e sociais.

Ademais, diante do descaso perante o resultado de votos escoceses no referendo de 2016 em relação ao dos votos do Reino Unido como um todo, viu-se a intensificação de uma reflexão quanto ao pertencimento da Escócia no Estado unificado e suas consequências para a autonomia escocesa. Do mesmo modo, as relações da Escócia com a União Europeia, ao serem analisadas, pesam em aspectos positivos para a economia escocesa devido ao mercado comum presente na UE, elevando o questionamento acerca de um separatismo do Reino Unido diante da possibilidade de permanência da Escócia no bloco econômico.

Como evidenciado pelo Governo Escocês, as relações entre União Europeia e Escócia representam múltiplos acordos, mercados e grupos sociais aos quais possuem ligação direta com diversos setores e que, conseqüentemente, afetam produções, inovação, desenvolvimento econômico, milhares de vidas, empregos e empresas dependentes de tal associação. Desse modo, faz-se necessário ressaltar a importância do mercado comum presente no bloco econômico, ao qual permite entre seus membros a livre circulação de bens, pessoas e capitais e a presença de uma união aduaneira, responsável pelo crescimento de 40% a 90% das trocas bilaterais entre seus integrantes. Com isso, a UE representa o mercado de exportação mais importante da Escócia, facilitado pelo mercado comum presente no bloco, representando em 2015 cerca de £12.3 bilhões em exportações, equivalente a 43% das exportações totais da Escócia (GOVERNO ESCOCÊS, 2018).

Assim, evidencia-se a relevância da relação entre União Europeia e Escócia, e como a permanência dela no bloco, ou o estabelecimento de acordos que promovam vantagens comerciais e aduaneiras semelhantes com os países membros, é vital para sua estrutura econômica-social, de modo a compor a base de diversos setores exportadores e investidores que asseguram a estabilidade financeira e política da região e caracterizam suas atividades econômicas primordiais nas relações internacionais.

3.4 IDENTIDADE ESCOCESA E NACIONALISMO

O conceito de identidade nacional, definido por D.P. Tolia-Kelly em *International Encyclopedia of Human Geography* (2009), evidencia-se como uma noção essencializada de “ser”, relacionada ao pertencimento de uma cidadania, interligando indivíduos por características em comum. Desse modo, a concepção de identidade superficialmente poderia ser classificada a partir da conjunção de fatores históricos, geográficos e culturais entre indivíduos. Entretanto, como aponta David McCrone (1998) baseado em pensamentos contemporâneos, a fluidez e a pluralidade de identidades compõem a condição do mundo pós-moderno e, para tal, sua definição baseia-se a partir de processos volúveis, passando por constantes mudanças e construções. Com isso, a identidade, “utilizando-se de recursos históricos, linguísticos e culturais” passa a conceitualizar o processo de “tornar-se” ao invés de “ser”, exponenciando as formas de como um indivíduo pode se representar (HALL, 1996).

Dessa forma, ao tratar-se da identidade escocesa, deve-se elucidar tais características históricas, linguísticas e culturais, juntamente com a influência do sistema educacional na formação da sociedade civil, que se posicionam como base da construção identitária para que a fluidez de sua composição através dos tempos possa ser analisada, considerando aspectos políticos, econômicos e sociais.

Assim, primeiramente, torna-se importante ressaltar a relevância da estrutura organizacional dos clãs, grupo de indivíduos unidos por uma linhagem em comum, cujo modelo escocês de sistematização política e social antecede a dominação inglesa. O clã, derivado do gaélico escocês *clann* que significa crianças, simboliza toda a estrutura familiar, composta primordialmente por uma figura paterna como o chefe, sendo responsável pela liderança, administração das terras e pela personificação dos ancestrais fundadores do clã. Abaixo do chefe, a nobreza do clã era composta por parentes que compartilhavam do mesmo sentimento de herança familiar, apesar de não necessariamente possuírem elos biológicos conhecidos entre si e que compunham a elite do clã, as quais sob comando do chefe regulavam e controlavam a vida das pessoas que residiam em suas terras. Com isso, todos os membros do clã compartilhavam de um acordo mútuo de proteção, influência política, recursos agrícolas, marítimos e terrestres ao qual criava um conceito de comunidade e pertencimento nas terras escocesas (DODGHSON, 1989).

Ademais, o sobrenome e o local do clã eram de vital importância para o reconhecimento de pertencimento ao grupo, de modo que a linhagem se cravava no sobrenome de todo o clã, enquanto o local compunha-se como parte de sua denominação. Com isso, o elo com suas terras era tão forte que montanhas, rios e *lochs* constituíam-se como projeções de ideais políticos, sociais e culturais, aos quais representavam uma expressão física do *dúthchas* do clã, termo que simboliza em aspecto físico o acesso à terra, à produção e à segurança do grupo e que imaterialmente simboliza os direitos de herança, tradição e costume do clã (DÚTHCHAS, [2021]), enraizando as comunidades de modo histórico, geográfico e social. Dessa forma, seus nomes eram sucedidos por suas terras e, assim, os Campbells, por exemplo, eram conhecidos como os Campbells de Loch Awe, os MacLeans de Duart, os Mackenzies de Kintail, e assim por diante, enquanto que suas nomenclaturas acompanhavam e mudavam de acordo com sua localização e expansão, de modo que os Campbells de Loch Awe passaram por exemplo a se tornarem os Campbells de Argyll e os Mackenzies passaram a ser Mackenzies de

Seaforth, seguindo seus desenvolvimentos histórico e territorial. (DODGHSON, 1998; DALGLISH, 2011).

Além dos clãs, outros pontos relevantes que contribuem para a identidade escocesa referem-se às linguagens e à cultura presentes nas terras da Escócia, considerados como fatores conectados simbolicamente (MAY, 2000) e cujas práticas remetem à herança e à tradição local. Quanto à linguagem, atualmente, a língua mais falada na Escócia é o inglês, com 99% da população sendo falante da língua, enquanto a língua ânglica escocesa (Scots) possui 30% de falantes e o gaélico escocês 1% (SCOTLAND'S CENSUS, 2011). Entretanto, apesar de pouco falado, o gaélico escocês recebe destaque na identidade escocesa devido às suas origens que datam de 1500 anos atrás e cuja herança permanece até os dias de hoje, remanescendo em pequenos grupos populacionais e presente em arquivos históricos fundamentais para a compreensão da nação escocesa. Com isso, sua prática tem aumentado ao longo dos últimos anos devido à valorização ancestral, ao incentivo e à proteção governamental sobre a educação linguística, determinando assim o gaélico escocês como uma das línguas oficiais da Escócia em 2005 (GOVERNO ESCOCÊS, 2021).

A cultura escocesa, muito vasta em diversos meios, é caracterizada por Brand Scotland (2021), uma organização em parceria do Governo Escocês e outras entidades escocesas, por seus aspectos históricos remanescentes dos antigos clãs, valorizando os costumes sociais antepassados; ao mesmo tempo, também busca estabelecer novos padrões e arranjos culturais, permanecendo atualizado ao período contemporâneo de globalização. Como primeiro aspecto, a música tradicional escocesa se faz presente inicialmente através da gaita de foles, famoso instrumento das terras altas com menções que datam do século 15 e cuja prática originou o ritmo *folk* e permanece em festivais na atualidade, enquanto a lira possui datação de 2300 a.C., considerada como o instrumento de corda mais antigo da Europa. A presença de tal musicalidade desenvolvida cedo na história contribuiu não apenas para prática de convívio e tradição entre a comunidade, mas também para o desenvolvimento da literatura e da tradição oral, que durante a época medieval era disseminada através de poemas cantados e contadores de história, abrindo portas para conjurar famosos autores e poetas conhecidos como bardos, como Robert Burns, determinado como poeta nacional da Escócia. Dessa forma, tanto a música como a literatura escocesa atual caracterizam-se pelas influências originárias dos clãs, mas através dos

processos de modernização sociocultural e da globalização passaram diversificar suas formas e a possuir reconhecimento internacional. Alguns exemplos de músicos atuais de nacionalidade escocesa a serem citados são Calvin Harris, Annie Lennox, Simple Minds e Lewis Capaldi, enquanto na literatura clássica pode citar-se JM Barrie, autor de Peter Pan; Robert Louis Stevenson, de Ilha do Tesouro; e Sir Arthur Conan Doyle, de Sherlock Holmes, podendo-se fazer um adendo especial à J.K Rowling, autora de Harry Potter, que vive e trabalha em Edimburgo, tendo a cultura escocesa como presente influência em sua escrita.

Para mais, a influência dos clãs atinge também um agrupamento de tradições e costumes, envolvendo a culinária, com memoráveis pratos e bebidas escoceses como o *haggis* e o whiskey; o vestuário tradicional escocês com o uso de kilts e tartans, famosa “saia” escocesa juntamente com estampas em xadrez cruzado que percorreram as fronteiras escocesas até desfiles de grandes marcas como Jean Paul Gautier e Vivienne Westwood; e o esporte, que vai dos tradicionais jogos escocês de levantamento e arremesso de pesos e danças escocesas até esportes jogados internacionalmente como o golfe e o rugby.

Além das áreas citadas, os escoceses também tiveram grande êxito nas ciências e, com isso, foram capazes de criar diversos avanços que atualmente facilitam a vida na sociedade contemporânea, podendo ser citadas como invenções a televisão, o telefone, a penicilina, a clonagem da ovelha Dolly, a ressonância magnética, dentre outros.

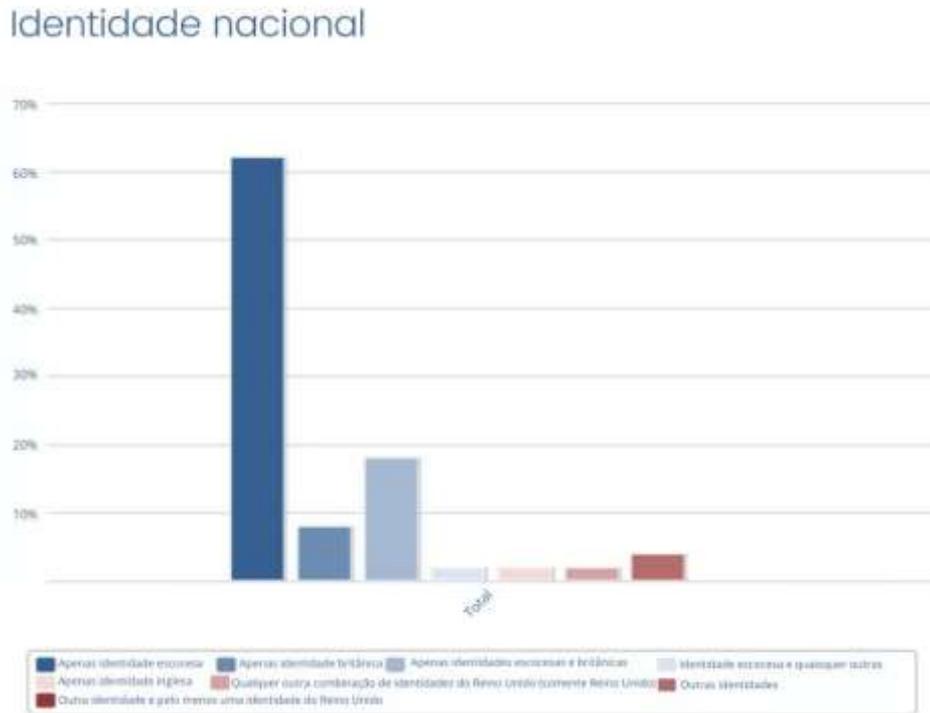
Interligando-se o êxito nas ciências com a vigência de uma estrutura didática, o sistema educacional escocês, como supracitado nas questões acerca de nacionalismo e nação, foi uma das três instituições nacionais escocesas mantidas após o Ato de União de 1707, preservando o senso de nacionalidade escocesa sem a interferência do Estado Britânico (MORTON, 1999; PATERSON, 1994). Com isso, sua relevância compõe a estrutura institucional da sociedade civil a qual a identidade nacional é formulada a partir do primeiro contato com noções e valores de cidadania. Em exemplo, Paterson (2001) aponta como universidades e suas agendas educacionais possuem papel crucial no contexto de regionalização e europeização, formulando vertentes de pensamento e incentivando o senso crítico individual. Desse modo, as concepções, as ideias e as ações dos indivíduos são moldadas a partir de sua interação no sistema educacional e sua relação com a comunidade,

caracterizando a noção de identidade nacional e adentrando a concepção pós-moderna a qual atribui a fluidez e pluralidade identitária.

Assim, a fluidez pós-moderna de identidade pode ser explorada a partir da multiplicidade de identidades as quais são delegadas aos indivíduos inseridos no sistema internacional. Considerando a inserção individual, um escocês de Aberdeen, por exemplo, pertence a diversos círculos concêntricos presentes em sua esfera geográfica e social, compondo sua identidade local, nacional, estatal e regional, abrangendo respectivamente Aberdeen, Escócia, Reino Unido e Europa. Dessa forma, as múltiplas identidades podem evocar entre si, de acordo com seu contexto, apoio ou competição (PAREKH (ORG.), 1995; CRICK, 1995; MILLER, 1995) e com isso estabelecem uma conjuntura hierarquizada no meio social.

Desse modo, um escocês que possui identidade escocesa, britânica e europeia, apesar de suas existências simultâneas não exclusivas, reivindica-as em diferentes graus, relacionando suas múltiplas identidades a partir de associações fluidas de marcadores básicos como ancestralidade, nascimento, residência, educação e comprometimento, e seus suportes mútuos (KIELY et al, 2000,). Com isso, como pode ser visualizado a partir dos dados dos Registos Nacionais da Escócia (2011) acerca da identidade nacional, 62,4% da população da Escócia se identifica somente como escocês, 18,3% como escocês e britânico, 8,4% como apenas britânico, 2,3% como apenas inglês, 1,9% escocês juntamente com outra identidade, 2% qualquer combinação entre as identidades britânicas, 4,4% outras identidades e 0,3% com outra identidade e pelo menos uma identidade britânica.

Gráfico 1 - Identidade Nacional dentre a população escocesa



Fonte: Registros Nacionais da Escócia (2011)

Em vista disso, é possível contemplar como a população escocesa se identifica no cenário atual e como a identidade escocesa unitariamente se sobrepõe às outras, alcançando o topo da hierarquia em seu meio social através da influência dos marcadores supracitados. Tais índices ocorrem em meio à uma intensificação do discurso público e dos estudos acadêmicos acerca da identidade escocesa, devido à processos políticos e constitucionais aos quais a Escócia tem passado nas últimas décadas, como o reestabelecimento do Parlamento Escocês, em 1999 (PATERSON *et al.*, 2001). Dessa forma, como afirma McCrone (2001, p.47):

O aparato institucional civil da Escócia, seja o sistema educacional, o sistema legal, uma imprensa distinta, o sistema financeiro e assim por diante, fornece um modelo social ao qual não apenas 'sustentou' Escócia como ideia, mas deu a isso um sistema social de governança que somente no ano final do século vinte reinstituiu um parlamento formal. A Escócia é sustentada como uma nação por suas práticas institucionais.

Como pôde ser visto, o nacionalismo escocês inclina-se para um nacionalismo cívico cuja construção nacional constitui-se a partir de valores civis liberais e padrões

constitucionais, ao qual sustenta a governança e a estrutura social escocesa. Desse modo, é possível compreender como o nacionalismo escocês constitui-se e como o aparato político é expressivo para o movimento nacionalista, como visto pela sua intensificação a partir da decisória saída do Reino Unido da União Europeia.

Com isso, o contexto nacionalista atrela-se à um caráter separatista em busca de independência política, onde a Escócia busca se desvincular dos processos decisórios ingleses e, de acordo com Henderson (1999), salvaguardar seus valores cívicos através de autonomia perante a Inglaterra. Dessa forma, as distinções entre o si próprio e o outro no processo de identificação intensificam-se através do nacionalismo, resultando na adesão veemente de políticas em prol de interesses dentre os atores envolvidos. Com isso, o movimento nacionalista atua favorável a seus interesses separatistas, projetando através do partido SNP, líder no Parlamento Escocês, políticas públicas que manifestam as esferas históricas, culturais e políticas escocesas. Assim, a identidade escocesa relaciona-se ao nacionalismo de forma intrínseca, estabelecendo seu assentamento através de recursos históricos e culturais e ascendendo-se a partir de seu sistema político.

4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A partir da amplitude histórica evidenciada juntamente com os resultados apresentados, é possível assim evidenciar a intensificação da presença do movimento separatista escocês atual como uma interligação de fatores presentes no fenômeno. A primeira questão trata-se do nacionalismo escocês em si, que, relacionado à condição de identidade escocesa, sustenta-se através de uma noção aberta de pertencimento que abrange desde conceitos histórico-culturais da nação, envolvendo toda a antiga estrutura dos clãs e suas tradições, até padrões constitucionais civis da sociedade escocesa, com concepções políticas e sociais de cidadania.

Ao estabelecer a conjuntura política a qual o Reino Unido se imerge a partir do movimento separatista escocês, é importante ressaltar a estrutura política inerente do modelo democrático de Westminster e suas configurações parlamentaristas. Com isso, de acordo com o Parlamento do Reino Unido (2021) deve-se considerar inicialmente que o Parlamento de Westminster é composto por duas esferas responsáveis por representar os interesses da população, a Casa dos Comuns, com 650 membros eleitos nas Eleições Gerais, e a Casa dos Lordes, com 794 membros apontados a partir de conquistas ou títulos hereditários. Dessa forma, o governo é composto pelo Primeiro-Ministro, líder do partido majoritário na Casa dos Comuns, pelo seu gabinete, formado a partir de ministros sêniores escolhidos pelo Primeiro-Ministro e por ministros juniores. O governo, assim, é comandado pelo partido que possui o maior número de assentos nas Eleições Gerais, responsável pela administração estatal em assuntos como o Serviço de Saúde Nacional, a polícia e as forças armadas e o fornecimento de energia nacional, enquanto o Parlamento é incumbido de monitorar tal gestão governamental.

Desse modo, a partir de Arend Lijphart (2003), pode-se definir que o Parlamento de Westminster concentra o poder executivo a partir de gabinetes unipartidários e de maioria mínima, o que, com o sistema bipartidário britânico com a proeminência dos partidos Labour (Trabalhista) e Tory (Conservador), centraliza o poder da maioria, afasta a oposição e eleva o domínio do gabinete em relação à legislatura. Vale ressaltar também que o sistema eleitoral é desproporcional a partir de uma estrutura de maioria simples, que favorece os dois grandes partidos e cria maiorias absolutas artificiais a partir de maiorias simples, assegurando mais cadeiras na Câmara dos Comuns sem necessariamente possuir mais voto. Com isso, o

pluralismo de grupos de interesse se expande e insere uma competitividade não coordenada no governo centralizado.

A despeito da centralização do Reino Unido, é perceptível a dependência burocrática e financeira dos governos locais em relação ao governo central, que sem a garantia de poder por uma constituição escrita são coordenados de maneira unitária, como é ressaltado por Lorde Kilbrandon em 1973 “O Reino Unido é a maior nação unitária da Europa, e está entre os principais países industrializados do mundo com o poder mais centralizado” (BUSCH 1994, p.60 apud Lijphart 2003, p.34). Entretanto, como ressalva Lijphart (2003), há duas exceções para tal centralização de Westminster, sendo a primeira a autonomia da Irlanda do Norte em seu próprio Parlamento e a segunda a tendência gradativa de autonomia da Escócia e do País de Gales, com a aprovação da criação de assembleias para ambos em 1997 e o então reestabelecimento do Parlamento Escocês em 1999, momentos os quais o Primeiro-Ministro Tony Blair caracterizou como o fim da “era do poderoso governo centralizado” (BUXTON, KAMPFNER, GROOM 1997 apud LIJPHART, 2003).

Dessa forma, o Parlamento Escocês logo adentra a esfera sistemática britânica rompendo sua estrutura centralizada e assegurando a representação política escocesa na elaboração e execução das leis escocesas nos chamados “assuntos devolvidos”, os quais não possuem necessidade de aprovação do Parlamento Britânico. Essas questões abrangem o poder do Parlamento Escocês na legislação de agricultura e pesca, educação e treinamento, meio ambiente, saúde e serviços sociais, habitações, justiça e policiamento, governo local e alguns aspectos de impostos e segurança social (PARLAMENTO ESCOCÊS, 2021).

A partir de tal concessão de autonomia, o Partido Nacionalista Escocês (SNP) se insere com maior notoriedade na política escocesa, passando de sua posição relativamente periférica no Parlamento Britânico para uma grande proeminência no Parlamento Escocês, que, após dois termos parlamentares ocupando a segunda colocação, atinge a maioria parlamentar em 2007, elegendo Alex Salmond como Primeiro Ministro Escocês (SALMOND..., 2007) e mantendo posição majoritária do partido até os dias atuais, com Nicola Sturgeon.

Com isso, o nacionalismo presente atrela-se à uma configuração política que fornece um alicerce para a difusão dos interesses existentes. Assim, as conjunturas políticas e econômicas regionais presentes no século XX relacionadas a variáveis independentes, iniciadas pelo separatismo irlandês e fortalecidas pela descoberta de

petróleo no Mar do Norte na Escócia, atrelam-se à condução política eficaz desenvolvida pelo Partido Nacional Escocês que se aproveitou de cada agenda para promover o discurso de autonomia escocesa, resultando enfim no reestabelecimento do Parlamento Escocês.

O ressurgimento do Parlamento Escocês em 1999 foi claramente uma conquista relevante para o movimento nacionalista escocês e seu propósito de autonomia perante o Reino Unido e proporcionou ao século XXI o estabelecimento da esfera política nacional tão almejada pelos grupos separatistas escoceses. Ao aproximar a sede política de Westminster para território escocês em Holyrood e concentrar a legislação nas mãos da Escócia, tornou-se evidente o aparato político fornecido aos grupos nacionalistas, em especial ao Partido Nacional Escocês, que intensificou sua agenda separatista no plano estatal e sob seu governo foi capaz de aprovar a execução de um referendo de independência escocesa em 2014. Apesar do referendo não obter maioria na causa nacionalista por uma pequena margem, sua aplicação resultou em um aumento exponencial nas filiações do SPN e uma disseminação intensa do discurso separatista através do país.

4.1 O ESFACELAMENTO UNIONISTA PÓS-BREXIT

A união britânica, já desestabilizada pelos movimentos separatistas presentes em seu território, tornou-se então ainda mais caótica após o referendo de saída do Reino Unido da União Europeia em 2016, que resultou em completa divergência de interesses entre Inglaterra e Escócia e negligenciou os interesses da última. Dessa forma, o SNP amplificou seu discurso por todo país, difundindo a independência escocesa como uma forma de permanência ao bloco europeu e cativando os grupos sociais de centro-esquerda dependentes economicamente das relações entre Escócia e União Europeia.

Apesar dos esforços separatistas continuarem obtendo resultados positivos ao movimento, a pandemia do COVID-19 trouxe incertezas para a população diante da crise sanitária e econômica mundial e as pesquisas de opinião pública conduzidas durante este período revelam um país dividido na questão da independência. Uma pesquisa de opinião pública conduzida por Survation para o Press and Journal revelou que 51% dos escoceses atualmente votariam a contra a independência da Escócia, entretanto, ao considerar os fatores políticos do BREXIT, caso a reinserção na União

Europeia fosse garantida, 53% dos escoceses votantes apoiariam a saída da Escócia do Reino Unido rumo à independência escocesa (MALIK, 2021). Tal pesquisa mostra a interligação consistente entre os escoceses que desejam a independência da Escócia ao mesmo tempo que almejam a permanência na União Europeia, e também revela, junto com outras pesquisas, que a opinião escocesa acerca da independência está bem dividida, por motivos que variam entre preferências de condução política, sanitária e econômica entre governos de Boris Johnson e Nicola Sturgeon e fatores independentes relacionados a pandemia e a questões externas.

Dessa forma, ao tratar-se da satisfação da população no Reino Unido com a condução da pandemia, pesquisas realizadas pelo YouGov (MCDONNELL, 2020) apresentam que 58% dos britânicos aprovam a condução do governo do Primeiro-Ministro Britânico Boris Johnson, sendo que dentre os ingleses uma maioria de 59% aprova e dentre os escoceses uma minoria de 47%. Por outro lado, em relação à população da Escócia para com seu governo, 74% dos escoceses acreditam que o Governo Escocês esteja lidando bem com a questão do coronavírus, totalizando três quartos de aprovação ao governo liderado pelo SNP, enquanto a Primeira-Ministra Escocesa Nicola Sturgeon também é vista positivamente com 7 em 10 escoceses confiantes em suas decisões relacionadas à crise pandêmica. Desse modo, é possível perceber que, apesar da desaceleração no movimento separatista escocês provocada pela pandemia da COVID-19, o Partido Nacional Escocês (SNP) manteve sua aprovação e seus eleitores em território nacional presentes durante a crise e foi capaz de vencer as eleições escocesas de 2021 (SIM, 2021), com a reeleição de Nicola Sturgeon como Primeira-Ministra Escocesa pelo Partido Nacional Escocês, revelando o domínio da causa separatista no país mesmo sob circunstâncias adversas internacionais.

Assim, como revelado pelas anteriores exposições, os esforços dos nacionalistas escoceses mantiveram seu discurso focado na condução política pós-Brexit e suas consequências para a autonomia escocesa em favor das relações econômicas europeias e traçaram o rumo para a aprovação governamental escocesa que veio a ser mantida mesmo durante a crise de pandemia mundial.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na presente pesquisa realizada acerca do movimento nacionalista escocês e o separatismo do Reino Unido, os objetivos traçados relacionados à uma análise política, econômica e social das relações entre Escócia, Reino Unido e União Europeia, juntamente com as trajetórias enfáticas do Parlamento Escocês, do Partido Nacional Escocês e do Brexit, delimitaram a análise de performance do nacionalismo escocês ao longo de sua existência, considerando seu histórico regional, para posicionar sua atuação no século XXI como uma variável consideravelmente relevante para a política externa britânica. A partir de tal análise foi possível constatar a crescente demanda de autonomia escocesa no século XX impulsionada pela corrente separatista de seus vizinhos irlandeses, juntamente com a descoberta de óleo no Mar do Norte na Escócia, as quais fomentaram o crescimento e a campanha do Partido Nacional Escocês (SNP) ao longo da segunda metade do século XX. A atuação política do SNP tornou-se ainda mais relevante após o reestabelecimento do Partido Escocês em 1999, o qual viabilizou maior domínio dos interesses escoceses na política do país e, conseqüentemente, da breve ascensão do partido escocês em detrimento dos partidos Labour e Tory nas eleições do século XXI. Tal domínio proporcionou aos escoceses o referendo de 2014 tão aguardado pelos nacionalistas, que possibilitaria a independência escocesa diante do Reino Unido; entretanto seu resultado obteve uma margem justa a qual garantiu a vitória aos unionistas.

Como enfatizado nos resultados da presente pesquisa, o processo de retirada do Reino Unido da União Europeia, trouxe novamente uma comoção entre os países envolvidos e o fervor escocês que ansiava por autonomia reascendeu-se diante da negligência da vontade da maioria escocesa de permanência no bloco europeu, trazendo maior visibilidade ao movimento nacionalista e seu discurso separatista e relevância do tema para a política europeia. Direcionado pela metodologia, os materiais utilizados vieram de encontro à abordagem histórica e política supracitada e, ademais, proporcionaram a avaliação econômica das relações envolvendo Escócia, União Europeia e Reino Unido, viabilizando contabilizar a importância do bloco econômico para a população escocesa e estabelecer um método comparativo de análise econômica.

Ressalta-se também o caráter social do movimento ao conceitualizar os termos nacionalismo e nação e interligá-los à abrangência da temática identitária nacional, os

qual compreendem os caracteres étnicos, cívicos e culturais da sociedade escocesa e revela a amplitude empírica do movimento nacionalista, valendo-se relacionar tais conceitos à construção da nação sob o tripé do Estado moderno.

Evidenciado nas discussões dos resultados, conjectura-se a estruturação governamental do Reino Unido sob o Parlamento Britânico para estabelecer uma comparação com o posterior Parlamento Escocês, o qual rompe a centralização então presente para instaurar uma esfera política introdutória no território escocês e conceder o atual destaque do Partido Nacional Escocês no movimento separatista. Tais constatações permitem visualizar a amplitude do movimento escocês na política britânica e sua gradual ascensão discursiva, as quais levam ao grande embate do Brexit e seus fatores decisivos para a união britânica. Como visualizado através de pesquisas de opinião pública, é perceptível a relevância das relações escocesas com a União Europeia e como a mesma impacta a decisão abrangendo a independência da Escócia. Desse modo, o SNP atrela sua campanha às relações econômicas europeias e conduz sua política sob a perspectiva de uma reinserção no bloco europeu. Ao longo se visualiza pelas pesquisas de opinião que a condução do SNP possui aprovação majoritária escocesa não somente em âmbito econômico, mas prova-se durante a crise de pandemia mundial que é capaz de satisfazer às expectativas de segurança sanitária da população e obter maior aprovação do que o governo britânico liderado pelo Primeiro-Ministro Boris Johnson.

REFERÊNCIAS

- A BRIEF history of Ireland. **Crosscare**, c2021. Disponível em: <https://www.livinginireland.ie/culture-society/a-brief-history-of-ireland/>. Acesso em: 23 out. 2019.
- ACT OF UNION. *In*: ENCYCLOPEDIA Britannica. Chicago: Encyclopædia Britannica, Inc., c2021. Disponível em: <https://www.britannica.com/event/Act-of-Union-United-Kingdom-1801>. Acesso em: 14 nov. 2020.
- AHMAD, Sajjid. European Integration and the Challenge of Nationalism: A Case Study of Scotland. **Journal of European Studies**, [s.l.], v.30, n. 1, p.101-121, 2014.
- AUER, Stefan; Liberal Nationalism in Central Europe. Routledge, 2004.
- BRAND SCOTLAND. Scotland Is Now: Culture. *In*: **scotland.org**. [Edimburgo], c2021. Disponível em: <https://www.scotland.org/about-scotland/culture>. Acesso em: 12 fev. 2021.
- BREXIT: David Cameron to quit after UK votes to leave EU. BBC News, [s.l.], 24 jun. 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/uk-politics-36615028>. Acesso em: 20 out. 2019.
- COHEN, Anthony P. Personal Nationalism: A Scottish View of Some Rites, Rights and Wrongs. **American Ethnologist**, [s.l.], v. 23, n.4, p.802 - 815, Nov. 1996. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/646184>. Acesso em: 08 ago. 2020.
- COHEN, Anthony P. Nationalism and Social Identity: Who Owns the Interest of Scotland?. **Scottish Affairs**, Edimburgo, n. 18, p.95-107, Winter, 1997. Disponível em: <https://www.euppublishing.com/doi/abs/10.3366/scot.1997.0011>. Acesso em: 08 ago. 2020.
- COMISSÃO EUROPEIA. Questions and answers on the United Kingdom's withdrawal from the European Union on 31 January 2020. *In*: **ec.europa.eu**. [Bruxelas], 24 jan. 2020. Disponível em: https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/QANDA_20_104. Acesso em 17 nov. 2020.
- DALGLISH, Chris. Scotland's Medieval Countryside: Evidence, Interpretation, Perception. *In*: CHRISTIE, Neil; STAMPER, Paul. **Medieval rural settlement: Britain and Ireland, AD 800-1600**. Bollington: Windgather Press, 2011, p.270-287.
- DÚTHCHAS. *In*: DIGITAL ARCHIVE OF SCOTTISH GAELIC (DASG). Glasgow: University of Glasgow, [2021]. Disponível em: <https://dasg.ac.uk/corpus/>. Acesso em: 12 fev. 2021.
- DODGHSON, Robert A. Pretense of blude and the place of their dwelling: the nature of Highland Clans, 1500-1745. *In*: HOUSTON, R.A.; WHYTE, I.D., **Scottish Society 1500-1800**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989, p.169-198.

DODGHSON, Robert A.. *From Chiefs to Landlords: Social and Economic Change in the Western Highlands and Islands, c. 1493-1820*. Edimburgo: Edinburgh University Press, 1998. Disponível em: <https://edinburghuniversitypress.com/book-from-chiefs-to-landlords.html>. Acesso em: 19 ago. 2020.

ELECTIONS 2015: SNP wins 56 of 59 seats in Scots landslide. BBC News, [s.l.], 08 mai. 2015. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/election-2015-scotland-32635871>. Acesso em: 14 nov. 2020.

EU REFERENDUM Results. BBC News, [s.l.], 2016. Disponível em: https://www.bbc.com/news/politics/eu_referendum/results. Acesso em: 23 set. 2020.

EWING rekindles memories of the battlefield dispatch. *The Herald*, [Glasgow], 20 set. 1999. Disponível em: <https://www.heraldsotland.com/news/12248207.ewing-rekindles-memories-of-the-battlefield-dispatch/>. Acesso em: 23 out. 2019.

GELLNER, Ernest. Nationalism. **Theory and Society**, Nova Iorque, vol. 10, no. 6, p.753-776, nov., 1981. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/i226957>. Acesso em: 21 fev. 2020.

GELLNER, Ernest. **Nations and Nationalism**. 1 ed. Ithaca: Cornell University Press, 1983.

GOVERNO ESCOCÊS. Scotland's place in Europe: People, jobs and investment. *In: gov.scot*. [Edimburgo], 2018. Disponível em: <https://www.gov.scot/binaries/content/documents/govscot/publications/corporate-report/2018/01/scotlands-place-europe-people-jobs-investment/documents/00530160-pdf/00530160-pdf/govscot%3Adocument/00530160.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2020.

GOVERNO ESCOCÊS. Languages: Gaelic. *In: gov.scot*. [Edimburgo], c2021. Disponível em: <https://www.gov.scot/policies/languages/gaelic/>. Acesso em: 18 fev. 2021.

HALL, Stuart. Introduction: Who Needs 'Identity'?. *In: HALL, G.(org.). Civil Society: Theory History, Comparison*. Cambridge: Polity Press, 1996, p. 1-31.

HENDERSON, Ailsa. Political Constructions of National Identity in Scotland and Quebec. **Scottish Affairs**, Edimburgo, v. 29, n. 1, p. 121-138, outono, 1999. Disponível em: <https://www.eupublishing.com/doi/abs/10.3366/scot.1999.0056>. Acesso em: 08 ago. 2020.

INSTITUTE FOR GOVERNMENT. Scottish Parliament. *In: Institute for Government*. [Londres], 2021 Disponível em: <https://www.instituteforgovernment.org.uk/explainers/scottish-parliament>. Acesso em: 20 jun. 2021.

IRISH Times view on Scottish independence and instability in the UK. The Irish Times, Dublin, 29 Jul. 2020. Disponível em: <https://www.irishtimes.com/1.4316706>. Acesso em: 10 jul. 2021.

JUBILUT, Lílíana Lyra. Os Fundamentos do Direito Internacional Contemporâneo: da Coexistência aos Valores Compartilhados. **Anuário Brasileiro de Direito Internacional**, Belo Horizonte, vol. 2, n. 9, p. 203-219, 2010. Disponível em: https://www.academia.edu/25722688/Os_Fundamentos_do_Direito_Internacional_Contempor%C3%A2neo_da_Coexist%C3%A2ncia aos_Valores_Compartilhados. Acesso em: 20 out. 2020.

KIELY, Richard *et al.* Debatable Land: National and Local Identity in the Border Town. **Sociological Research Online**, [s.l.], vol. 49, n. 2, p. 66-79, set. 2000. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.5153/sro.470>. Acesso em: 20 mar. 2021.

KOHN, Hans. Nationalism. Encyclopedia Britannica, 28 nov. 2020. Disponível em: <https://www.britannica.com/topic/nationalism>. Acesso em: 03 mar. 2021.

LIJPHART, Arend. Modelos de democracia: Desempenho e padrões de governo em 36 países. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 27-38.

MALIK, Paul. Independence poll shows country 'split down in the middle'. The Press and Journal, Aberdeen, 25 mar. 2021. Disponível em: <https://www.pressandjournal.co.uk/fp/news/politics/scottish-politics/3001462/independence-polling/>. Acesso em: 24 jul. 2021.

MAXWELL, Jamie. Scottish Independence Is Only Gaining Popularity. **Foreign Policy**, Washington, 2020. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2020/11/27/scotland-independence-popularity-brexit-referendum-nicola-sturgeon-scottish-national-party-boris-johnson/>. Acesso em: 10 jul. 2021.

MAY, Stephen. Uncommon languages: the challenges and possibilities of minority language rights. **Journal of Multilingual and Multicultural Development**, [s.l.], v. 21, n.5, p. 366-385, abr., 2000.

MCCRONE, David. **The Sociology of Nationalism**: Tomorrow's ancestors. Londres: Routledge, 1998. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/toc/rmmm20/21/5?nav=tocList>. Acesso em: 03 mar. 2020.

MCCRONE, David. **Understanding Scotland**: The Sociology of a Nation. Londres: Routledge, 2001.

MCDONNELL, Adam. Three quarters approve of the Scottish Government's handling of COVID 19. *In*: **yougov**. [Edimburgo], 2020. Disponível em: <https://yougov.co.uk/topics/health/articles-reports/2020/05/01/three-quarters-approve-scottish-governments-handli>. Acesso em: 24 jul. 2021.

MORTON, Graeme. **Unionist Nationalism: Governing Urban Scotland, 1830 - 1860.** Edimburgo: Tuckwell, 1999.

NATIONAL TOURISM ORGANISATION. The jacobite risings. *In: visitscotland.* [Edimburgo], c2020. Disponível em: <https://www.visitscotland.com/about/history/jacobites/>. Acesso em: 20 out. 2020.

PARLAMENTO DO REINO UNIDO. Union of the Crowns. *In: parliament.uk.* [Londres], c2020. Disponível em: <https://www.parliament.uk/about/living-heritage/evolutionofparliament/legislativescrutiny/act-of-union-1707/overview/union-of-the-crowns>. Acesso em: 12 set. 2020.

PARLAMENTO DO REINO UNIDO. Restoration. *In: parliament.uk.* [Londres], c2020. Disponível em: <https://www.parliament.uk/about/living-heritage/evolutionofparliament/legislativescrutiny/act-of-union-1707/overview/restoration/>. Acesso em: 12 set. 2020.

PARLAMENTO DO REINO UNIDO. The Articles, constitution and trade. *In: parliament.uk.* [Londres], c2020. Disponível em: <https://www.parliament.uk/about/living-heritage/evolutionofparliament/legislativescrutiny/act-of-union-1707/overview/the-articles-constitution-and-trade/>. Acesso em: 12 set. 2020.

PARLAMENTO ESCOCÊS. About Bills. *In: parliament.scot.* [Edimburgo], c2021. Disponível em: <https://www.parliament.scot/bills-and-laws/bills/about-bills/bills-and-laws/why-new-laws-are-made>. Acesso em: 23 jun. 2021.

PARLAMENTO ESCOCÊS. About the Scottish Parliament. *In: parliament.scot.* [Edimburgo], c2021. Disponível em: <https://www.parliament.scot/about/how-parliament-works/powers-of-the-scottish-parliament>. Acesso em: 23 jun. 2021.

PATERSON, Lindsay. **The Autonomy of Modern Scotland.** Edimburgo: Edinburgh University Press, 1994.

PATERSON, Lindsay. Higher Education and European Regionalism. **Pedagogy, Culture and Society**, [s.l.], v. 9, n. 2, p.133-160, 2001. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/14681360100200117?needAccess=true>. Acesso em: 10 mar. 2020.

PATERSON, Lindsay *et al.* **New Scotland: New Politics?**. Edimburgo: Edinburgh University Press, 2001.

PAUN, Akash; SARGEANT, Jess. Scottish Independence. *In: instituteforgovernment.org.uk.* [Londres], 2021. Disponível em: <https://www.instituteforgovernment.org.uk/explainers/scottish-independence>. Acesso em: 10 jul. 2021.

SALMOND elected as first minister. BBC News, [s.l.], 16 mai. 2007. Disponível em: http://news.bbc.co.uk/2/hi/uk_news/scotland/6659531.stm. Acesso em: 20 jun. 2021.

SCOTLAND'S CENSUS. Scotland's Census 2011. *In: scotlandscensus*. [Edimburgo], c2021. Disponível em: <https://www.scotlandscensus.gov.uk/ods-analyser/jsf/tableView/tableView.xhtml>. Acesso em: 18 fev. 2021.

SCOTLAND'S CENSUS. Scotland's Census 2011. *In: scotlandscensus*. [Edimburgo], c2021. Disponível em: [://www.scotlandscensus.gov.uk/ods-visualiser/#view=nationalIdentityChart&selectedWafers=0&selectedRows=0](https://www.scotlandscensus.gov.uk/ods-visualiser/#view=nationalIdentityChart&selectedWafers=0&selectedRows=0) Acesso em: 23 mar. 2021.

SIM, Philip. Scottish Election 2021: Results in maps and charts. **BBC News**, [s./], 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/uk-scotland-scotland-politics-57028315>. Acesso em: 24 jul. 2021.

TAMIR, Yael. **Liberal Nationalism**. Princeton: Princeton University Press, 1993.

TOLIA-KELLY, D.P. Hybridity. **International Encyclopedia of Human Geography**, [s./], v. 1, p.258-263, ago., 2009. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/B9780080449104009597>. Acesso em: 13 abr. 2020.

WATSON, Adam. **The Evolution of International Society**. Londres: Routledge, 1992.

WEBER, Max. **Economy and Society**. Berkeley: University of California Press, 1968.